

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO S01	PROVA X	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A natureza nos uniu em uma imensa família, e devemos
viver nossas vidas unidos, ajudando uns aos outros.”*

Sêneca

A T E N Ç Ã O :

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA!

Realização:

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto:

Por que temos a sensação de que, em nosso País, há impunidade? Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas: o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção.

Todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa. A constrição da liberdade somente tem lugar quando há grave violação ao pacto social, por ser medida extrema e demasiadamente aflictiva.

Mas nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar como o valor liberdade, tão eclipsado em determinados períodos, cresceu e foi, aos poucos, reconhecido como inerente à condição humana, tendo ampliado seus vetores para outras direções e deixado de ser protegido apenas quanto ao aspecto da liberdade de ir e vir.

Com efeito, é por uma razão de ordem existencial – o ideal do homem livre – e não jurídica, que nossas leis primam pela utilização da prisão como último recurso. Assim, apenas em modalidades estritamente previstas em lei, o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena das penas: o cárcere.

Beccaria chegou a afirmar que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro. É justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu.” Mas reconheceu a dificuldade da medida: “Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a um rico talvez criminoso.”

O nosso legislador, por uma questão de política criminal certamente não inspirada em Beccaria, apenou o crime de roubo com a privação de liberdade. Mas para que uma pessoa seja presa por isso, deverá ser, antes de tudo, submetida a um devido processo legal.

Trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória. Esta modalidade de prisão é factível quando, após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório, a autoridade judicial, devidamente investida em seu

cargo, condena um indivíduo por um crime cuja pena cominada seja privativa de liberdade.

Ainda assim, a efetiva prisão somente será possível quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando não couber mais recurso da decisão. Isso porque, em nosso País, seguindo a esteira processualista mais moderna, não há necessidade de recolhimento ao cárcere para apelar, em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência.

Uma vez decretada a procedência da acusação, ou seja, tendo o Estado reconhecido a justa causa para a pretensão punitiva através de uma sentença condenatória, dá-se início ao cumprimento da pena, com seus diferentes regimes.

Em suma, esta é a prisão que se justifica pelo cometimento de um crime, cuja autoria e materialidade restaram devidamente comprovadas por meio de um processo judicial justo. (ARAGÃO, Daphne Polisel. In: <http://curiofisica.com.br/index.php/direito/processual-penal/prisao-e-liberdade-i-2#more-2377>)

1. A argumentação desenvolvida ao longo do texto está orientada no sentido de levar o leitor a concluir que:

- A) nossa legislação, embora não inspirada diretamente em Beccaria, adotou uma política penal e processual penal que só beneficia o infrator.
- B) a sensação de impunidade no Brasil é tão só decorrência de uma legislação que priorizou a liberdade como valor inerente ao homem.
- C) a impunidade no Brasil é fruto da adoção de uma política que burocratizou o processo penal, facilitando o não cumprimento da lei.
- D) no Brasil, a sensação de impunidade é maior à medida que a noção de liberdade se torna mais forte que a própria noção de justiça.
- E) só não há impunidade no Brasil quando o crime a ser penalizado consiste em roubo praticado sem emprego de violência.

2. Beccaria afirma que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro” (parágrafo 5), justificando imediatamente essa tese com:

- A) um exemplo.
- B) uma comparação.
- C) uma conclusão lógica.
- D) uma explicação.
- E) um fato tomado como evidência.

3. Releia-se o que escreve Beccaria:

“Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, [.....] as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a rico talvez criminoso.” (parágrafo 5)

A palavra ou locução que, usada no espaço entre colchetes deixado no período, fortalece a conexão lógica entre as orações adverbiais condicionais e o que ele afirma a seguir é:

- A) mesmo.
- B) inclusive.
- C) além disso.
- D) então.
- E) por outro lado.

4. O sentido do enunciado altera-se com a substituição da locução empregada no texto por qualquer das formas sugeridas em:

- A) Em suma / Em resumo, Sintetizando. (parágrafo 10)
- B) Com efeito / De fato, Realmente. (parágrafo 4)
- C) Ainda assim / De maneira que, De sorte que. (parágrafo 8)
- D) ou seja / vale dizer, por outra. (parágrafo 8)
- E) Uma vez / Desde que, Caso. (parágrafo 9)

5. Todos os termos a seguir explicam ou esclarecem o que se disse anteriormente na frase, COM EXCEÇÃO apenas de:

- A) pelo cometimento de um crime. (parágrafo 10)
- B) o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção. (parágrafo 1)
- C) o ideal do homem livre. (parágrafo 4)
- D) o cárcere. (parágrafo 4)
- E) quando não couber mais recurso da decisão. (parágrafo 8)

6. Há ERRO evidente na determinação da circunstância expressa no contexto da oração pelo seguinte adjunto adverbial:

- A) por meio de um processo judicial justo. / instrumento (parágrafo 10)
- B) por uma questão de política criminal. / causa (parágrafo 6)
- C) com a privação de liberdade. / modo (parágrafo 6)
- D) após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório. / tempo (parágrafo 7)
- E) em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência. / consequência (parágrafo 8)

7. É visível a alteração de sentido do enunciado com a substituição da palavra em destaque por qualquer das duas indicadas em:

- A) presunção de inocência / pretensão, afetação. (parágrafo 8)
- B) constricção da liberdade / restrição, limitação. (parágrafo 2)
- C) inerente à condição humana / atinente, pertinente. (parágrafo 3)
- D) é factível quando / exequível, realizável. (parágrafo 7)
- E) cuja pena cominada / prescrita, imposta. (parágrafo 7)

8. Há ERRO óbvio no comentário a respeito da significação da palavra destacada em:

- A) dá-se início ao cumprimento da pena / parônimo de “comprimento”.
- B) o valor liberdade, tão eclipsado / palavra em sentido figurado, metáfora.
- C) o Estado, (...) pode impor a pena / homônimo de “pena” com valor de “pluma”.
- D) com a privação de liberdade / sinônimo de “supressão”.
- E) prisão decorrente de sentença penal condenatória / antônimo de “oriunda”.

9. Na formação das palavras relacionadas a seguir, o papel do sufixo em destaque está indicado com evidente equívoco na alternativa:

- A) acusação – utilização (forma substantivos de substantivos)
- B) impunidade – materialidade (forma substantivos de adjetivos)
- C) processual – criminal (forma adjetivos de substantivos)
- D) cometimento – recolhimento (forma substantivos de verbos)
- E) estritamente – certamente (forma advérbios de adjetivos)

10. É inaceitável, do ponto de vista das normas em vigor, a mudança de pontuação sugerida na alternativa:

- A) o Estado (...) pode impor a pena das penas: o cárcere / substituir os dois pontos por vírgula.
- B) Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas / deslocar a vírgula para depois da conjunção.
- C) a liberdade é regra e a prisão exceção / sinalizar com vírgula a elipse do verbo.
- D) nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar / usar dois pontos (seguido de minúscula) em lugar de ponto.
- E) o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena / usar travessões em vez de vírgulas para destacar ainda mais o papel do Estado.

11. Tal como o substantivo “recolhimento” – que tanto pode reger a preposição “a” (“recolhimento ao cárcere”) como a preposição “em” –, todos os nomes a seguir admitem dupla regência, COM EXCEÇÃO apenas do que está destacado em:

- A) decorrente de sentença penal condenatória (parágrafo 7).
- B) respostas para essa pergunta (parágrafo 1).
- C) violação ao pacto social (parágrafo 2).
- D) direito de propriedade (parágrafo 5).
- E) inspirada em Beccaria (parágrafo 6).

12. Tentando reescrever passagens do texto, só se escapou ao ERRO de concordância verbal em:

- A) trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória / Tratam-se das prisões decorrentes de sentenças penais condenatórias (parágrafo 7)
- B) todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa / Dessa premissa parte todas as nossas leis penais e processuais penais (parágrafo 2)
- C) é por uma razão de ordem existencial (...) que nossas leis primam pela utilização da prisão / são por razões de ordem existencial que nossas leis primam pela utilização da prisão (parágrafo 3)
- D) é justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu / É justo que seja despojado dos seus bens aqueles que roubam o bem de outrem (parágrafo 5)
- E) um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro / deveria apenas ser punido com penas em dinheiro um roubo praticado sem uso de violência (parágrafo 5)

13. A autora escreve “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), e não “cingiremo-nos”, para não infringir a mesma regra de colocação pronominal DESRESPEITADA em:

- A) venho tentando achar o livro, mas quem disse que encontro-o?
- B) o livro havia sumido e eu queria que alguém procurasse-o.
- C) se não achasse o livro na estante, eu procuraria-o por toda a casa.
- D) aquele livro era ótimo, por isso tenho procurado-o com insistência.
- E) procure o livro para mim, que eu hoje não procuro-o mais.

14. A autora não coloca acento grave no “a” de “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), do mesmo modo que o evitaria se, em vez de “a uma delas”, houvesse escrito:

- A) a seguinte.
- B) a principal.
- C) a esta.
- D) a que interessa no momento.
- E) a de ordem social.

15. Escrevem-se com “ç”, como “presunção” (parágrafo 8), e com “s”, como “pretensão” (parágrafo 9), respectivamente, os sufixos dos substantivos usados em:

- A) propen...ção ao delito – deten...ção do bando
- B) conten...ção da fuga – deser...ção do soldado
- C) subver...ção da ordem – exten...ção da pena
- D) preven...ção do crime – apreen...ção da droga
- E) extin...ção da quadrilha – distor...ção dos fatos

- Atualidades Regionais

16. Ao se analisar a situação econômica da região Norte, pode-se constatar que a geração de energia comprometeu o seu crescimento e o grande obstáculo para um melhor desempenho no setor foi:

- A) oferta de gás natural vinda de áreas produtoras distantes, como a região Sul.
- B) ter reservas de carvão insuficientes para atender às necessidades do setor.
- C) dispor de um tipo de petróleo considerado inadequado à geração de energia.
- D) falta de empenho dos governos estaduais em desenvolver novas pesquisas.
- E) ausência de rios planálticos que facilitam a instalação de usinas hidrelétricas.

17. Os principais líderes mundiais estiveram reunidos em Seul, capital da Coreia do Sul, durante a segunda semana de novembro, para debaterem problemas relacionados à economia mundial, principalmente a questão cambial, já que a prática chinesa de manter a sua moeda desvalorizada artificialmente é considerada uma prática desleal pelas demais nações. Devido à prática cambial chinesa, o comércio internacional está sendo marcado por:

- A) negociações bilaterais entre os chineses e aqueles interessados em seus produtos.
- B) oferta de produtos chineses a preços menores que o de seus concorrentes.
- C) intervenção da Organização Mundial do Comércio em todas as negociações.
- D) queda no volume de vendas, por conta da valorização da moeda norte-americana.
- E) medidas protecionistas contra os produtos chineses, lideradas pelos japoneses.

18. O Brasil subiu quatro posições no ranking global de bem-estar das populações em 2010. Saltou da 77ª para a 73ª colocação. A escalada brasileira de quatro posições obtida em 2009 foi o melhor desempenho no ranking, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – refletem o país de 2009 para a maioria dos indicadores e poderíamos estar em melhor posição caso tivesse havido avanços em todos os setores avaliados pela ONU. Neste caso, o setor que pode ter impedido uma melhor colocação para o país foi:

- A) acesso à internet.
- B) renda *per capita*.
- C) escolaridade.
- D) esperança de vida.
- E) saneamento básico.

19. Responda esta questão com base na previsão do tempo para 19/08/2009.

Mais uma “friagem” deve atingir Rondônia esta semana – a quinta do ano – provocando acentuado declínio nas temperaturas, principalmente no sul e oeste do estado.

A justificativa para o avanço da frente fria na região Norte, nesta época do ano é:

- A) consequência da formação de zonas de convergência equatorial e tropical.
- B) facilidade da massa polar atlântica chegar até a Amazônia ocidental.
- C) alteração na dinâmica das massas de ar por conta do aquecimento global.
- D) interferência nos estados do tempo devido aos fenômenos El Niño e La Niña.
- E) efeito das longas temporadas de tempo seco, típico do outono-inverno.

20. A Assembleia Legislativa de Rondônia revogou a proteção estadual de quase 1 milhão de hectares de florestas. O ato foi formalizado por leis complementares. Elas extinguiram sete unidades de conservação que somam pouco mais de 973 mil hectares – o equivalente a mais de seis cidades de São Paulo. Abaixo, você encontra uma opção que destaca corretamente a justificativa para a medida aprovada pelo Poder Público. Assinale-a.

- A) Pressão de madeireiras, fazendeiros, mineradores ou do próprio governo.
- B) Necessidade de dar continuidade às obras da rodovia BR-364.
- C) Área prevista para ser inundada no conjunto de obras das hidrelétricas.
- D) Previsão de dar sequência à expansão da agricultura de café e soja.
- E) Espaço que será destinado à construção de casas para a população.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Noções de Direito

21. Analise as assertivas abaixo, assinalando aquela que NÃO está em consonância com as normas estipuladas no Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- B) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- C) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, mesmo sem representação no Congresso Nacional.
- E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

22. Com o advento da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, várias modificações foram implementadas no Poder Judiciário brasileiro. Dentre essas, uma das mais importantes foi a criação do Conselho Nacional de Justiça. Tendo em vista que a composição do CNJ está instituída na CRFB, analise as assertivas abaixo e assinale a que está em DESACORDO com a norma constitucional.

- A) Dentre seus membros, constará um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.
- B) Dentre seus membros constará um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal.
- C) Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- D) O conselho será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que votará em caso de empate.
- E) Dentre seus membros constará um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

23. Segundo José dos Santos Carvalho Filho: “Os atos administrativos emanam de agentes dotados de parcela do Poder Público. Basta essa razão para que precisem estar revestidos de certas características que os tornem distintos de atos privados em geral”. (FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo*, 21ªed, Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2008, p. 115/116).

Os atos administrativos possuem inúmeras classificações. Assim, se considerarmos a classificação quanto ao seu conteúdo, o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade é a:

- A) novação.
- B) autorização.
- C) licença.
- D) permissão.
- E) admissão.

24. Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. São eles que revelam as diretrizes fundamentais da Administração Pública, de modo que só se poderá considerar válida a conduta administrativa se estiver compatível com eles. Dentre deste contexto, qual princípio administrativo objetiva que a Administração deva dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica o mesmo tratamento?

- A) Impessoalidade.
- B) Legalidade.
- C) Eficiência.
- D) Moralidade.
- E) Publicidade.

25. O Estado, para a consecução do seu fim, utiliza-se dos seus agentes, sendo estes o elemento físico e volitivo através do qual atua no mundo jurídico. O provimento é o ato pelo qual o servidor é investido no exercício do cargo, emprego ou função, sendo que este pode ser originário ou derivado. No caso de um servidor que retorna a seu cargo após ter sido reconhecida a ilegalidade de sua demissão, podemos dizer que estamos diante de uma:

- A) remoção.
- B) reintegração.
- C) recondução.
- D) readaptação.
- E) transferência.

26. Igor é policial civil lotado na Delegacia de Combate às Drogas. Quando participava de uma operação realizada por sua delegacia em uma comunidade, Igor foi recebido a tiros, que vinham em sua direção, sendo estes disparados por um dos traficantes da localidade. Não tendo outra alternativa a não ser repelir a injusta agressão, Igor atira contra o traficante, vindo a feri-lo; este não resiste aos ferimentos e vem a falecer já no Hospital. Diante deste quadro, podemos afirmar:

- A) A atitude de Igor não está abrangida por nenhuma causa de exclusão da ilicitude.
- B) Igor agiu em estado de necessidade.
- C) Igor agiu no exercício regular do seu direito.
- D) Igor agiu em estrito cumprimento de dever legal.
- E) Igor agiu em legítima defesa.

27. Mário é um contumaz assaltante da região metropolitana de Porto Velho. Certo dia resolve assaltar uma residência que parece uma fortaleza, em razão do elevado grau de segurança que a mesma possui. Após escalar o muro que resguarda a residência, Mário ingressa no interior desta e se depara com a moradora. Diante deste fato, Mário finge estar armado e mediante uma grave ameaça subtrai alguns pertences da residência, rapidamente, e sai correndo, mais uma vez pulando o muro. Analisando o caso acima, a conduta de Mário se enquadra ao seguinte tipo penal:

- A) roubo simples.
- B) furto qualificado em razão da escalada.
- C) roubo qualificado em razão da escalada.
- D) extorsão qualificada em razão da ameaça.
- E) furto simples.

28. Pedro Ivo é funcionário da Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, lotado na sessão que tem a finalidade de dar andamento aos processos administrativos. Em um processo administrativo, que corre na Secretaria de Justiça, a cargo de outro servidor, um dos envolvidos é Bruno, amigo de Pedro Ivo. Certo dia, Pedro Ivo procura o servidor responsável pelo processo administrativo em que Bruno é envolvido, e, valendo-se da sua condição de funcionário público, patrocina diretamente o interesse de Bruno perante a administração pública. Analisando o caso acima, a conduta de Pedro Ivo se enquadra ao seguinte tipo penal:

- A) em nenhum tipo penal, tendo em vista o dolo do mesmo.
- B) advocacia administrativa.
- C) tráfico de influência.
- D) corrupção passiva.
- E) prevaricação.

29. Flagrante delito é aquele que se vê praticar e que assim suscita, no próprio instante, a necessidade de conservar ou restabelecer a ordem jurídica, ameaçada pela violação ou violada pelo acontecimento (*Basileu Garcia, Comentários, Forenses, 1945, v.3, p.87*).

Ao explicar as hipóteses de flagrante delito contidas no Código de Processo Penal, a doutrina faz uma diferenciação e uma classificação. Assim, segundo a doutrina, quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, estamos diante de um:

- A) flagrante retardado.
- B) flagrante próprio.
- C) flagrante presumido.
- D) flagrante impróprio.
- E) quase flagrante.

30. O Código de Processo Penal ao disciplinar a questão DA PROVA enuncia inúmeras regras e procedimentos que devem ser seguidos para que a persecução criminal tenha o seu trâmite normal. Tendo em vista o Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- B) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- C) Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- D) Os peritos elaborarão o laudo pericial, no qual descreverão, minuciosamente, o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.
- E) Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais.

- Conhecimentos Básicos em Saúde Pública

31. Durante 1981 e 1982, o governo federal buscou formular alternativas para superar a crise financeira vivenciada no sistema da previdência. Dentre o conjunto de medidas propostas, podemos citar a:

- A) instituição do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde.
- B) criação do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária – CONASP.
- C) implantação das Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAP.
- D) ampliação das atividades do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP.
- E) convocação da VI Conferência Nacional de Saúde.

32. Com base na Lei nº 8.080/90, assinale a afirmativa INCORRETA acerca do financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS.

- A) É permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.
- B) O processo de planejamento e orçamento do SUS é ascendente.
- C) Os planos de saúde são a base das atividades e programações de cada nível de direção.
- D) Em situações emergenciais, é permitida a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde.
- E) O orçamento da seguridade social destinará ao SUS os recursos necessários à realização de suas finalidades.

33. Que dispositivo legal trata da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS?

- A) Lei nº 9.836/1999.
- B) Portaria/GM nº 1.101/2002.
- C) Lei nº 8.142/1990.
- D) RDC nº 50/2002.
- E) Lei nº 8.080/1990.

Em 01/01/08 existiam 110.000 pacientes hipertensos em um grande município. Até 31/12/08 foram cadastrados 5.000 novos portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica – HAS – no Sistema de Gestão Clínica de Hipertensão Arterial e *Diabetes Mellitus* da Atenção Básica (SISHIPERDIA). A população residente, estimada para 2008, era de um milhão de habitantes.

Com base na situação anteriormente apresentada, responda às questões 34 a 36.

34. A prevalência pontual da HAS em 31/12/08 foi de:

- A) 11,5%
- B) 0,05%
- C) 1,15%
- D) 5,0%
- E) 11,0%

35. A responsabilidade pela alimentação e manutenção do cadastro e pelo atendimento dos pacientes no SISHIPERDIA é:

- A) do Ministério e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.
- B) do Ministério da Saúde.
- C) das Secretarias Estaduais de Saúde.
- D) das Secretarias Municipais de Saúde.
- E) das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

36. As doenças do aparelho circulatório responderam por 31,8% das mortes no ano de 2008 (DATASUS, 2010). Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO representa um fator comportamental de risco para este grupo de doenças.

- A) Inatividade física.
- B) Tabagismo.
- C) Dieta rica em fibras.
- D) Obesidade.
- E) Dislipidemia.

37. Recentemente, o Ministério da Saúde editou a Portaria/GM nº 2.472/2010 que atualiza a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo território nacional. A inclusão de doenças nesta lista é decidida mediante a consideração conjunta de alguns critérios, descritos abaixo. Assinale a opção que apresenta a correta definição do critério pontuado.

- A) Potencial de disseminação → conjunto de características clínico-epidemiológicas que possibilitam inferir o grau de relevância da doença em termos prognósticos, sociais e econômicos.
- B) Vulnerabilidade → doenças para as quais existe interesse em esforços conjuntos visando o cumprimento de metas mundiais.
- C) Transcedência → existência de instrumentos de prevenção e controle contra a doença, possibilitando intervenções efetivas.
- D) Compromissos internacionais → transmissibilidade da doença.
- E) Magnitude → expressada pela frequência elevada da doença ou por atingir grandes contingentes populacionais.

38. Com relação aos Conselhos de Saúde, podemos afirmar:

- A) existem apenas nas instâncias municipal e estadual.
- B) reúnem-se a cada 4 (quatro) anos.
- C) não contam com a representação de prestadores de serviço.
- D) suas decisões não são homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído.
- E) atuam no controle da execução da política de saúde.

39. O Pacto pela Vida é o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. Uma dessas prioridades é o fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, sendo solicitada ênfase nas seguintes doenças, EXCETO:

- A) influenza.
- B) dengue.
- C) hanseníase.
- D) tuberculose.
- E) leishmaniose.

40. "É um processo instituído no âmbito do SUS que, em consonância com o planejamento, define e quantifica as ações de saúde para atendimento das populações residentes nos territórios, bem como efetiva os pactos intergestores que objetivam garantir o acesso da população aos serviços de saúde". A qual instrumento de planejamento regional do Sistema Único de Saúde o trecho se reporta?

- A) Programação Pactuada Integrada.
- B) Plano de Desenvolvimento Institucional.
- C) Plano Diretor de Investimento.
- D) Plano Diretor de Regionalização.
- E) Plano Estadual de Saúde.

- Área de Formação

41. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 86, a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de:

- A) uma adequação harmônica entre sociedade civil e governo nas áreas pública e privada federal, estadual e municipal.
- B) uma articulação das esferas privadas e filantrópicas em áreas públicas nacional, estadual e municipal.
- C) um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- D) um entrosamento de atores de setores municipais e estaduais nas áreas federal, estadual e municipal.
- E) uma integração intersetorial e interinstitucional nos espaços públicos e privados na esfera municipal, estadual e federal.

42. As entidades de atendimento, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 90, são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- A) I - adequação à família substituta; II - ajustamento socioeducativo; III - termo de conduta socioassistencial; IV - abrigo; V - recolhimento institucional; VI - cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - semiliberdade.
- B) I - orientação e apoio sociofamiliar; II - apoio socioeducativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - acolhimento institucional; V - liberdade assistida; VI - semiliberdade; VII - internação.
- C) I - ajustamento sociofamiliar; II - integração aos CREAS; III - acolhida em programas junto aos CRAS; IV - apreensão nas DPCAs; V - remissão da medida; VI - internação provisória; VII - internação.
- D) I - adaptação à família substituta; II - acolhimento institucional; III - atendimento intersetorial; IV - encaminhamento interinstitucional; V - internação; VI - adaptação familiar; VII - protagonismo infantojuvenil.
- E) I - acolhimento institucional; II - ajuste socioassistencial; III - adaptação socioeducativa; IV - integração em regime semiaberto; V - ressocialização familiar; VI - atividades comunitárias; VII - atuação em programas de atendimento.

43. Assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, segundo o Estatuto do Idoso, Artigo 3º, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária é obrigação:

- A) das unidades de saúde, educação e assistência.
- B) das instituições nas esferas municipais, estaduais e federal.
- C) das entidades de atendimentos em todos os níveis sociais.
- D) dos Conselhos de Direitos e demais setores.
- E) da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público.

44. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele:

- A) troca de trabalho, esteja impossibilitado de trabalhar momentaneamente, vulnerabilidade social e emocional, ou com algum tipo de deficiência física ou mental.
- B) é demitido, exonerado, seja por vontade própria ou demais contingências, e que acarrete algum comprometimento de saúde.
- C) esteja em condição de vulnerabilidade social e seja referenciado pelos Centros de Referência de Assistência Social.
- D) perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão.
- E) esteja impossibilitado de assumir responsabilidades socioassistenciais, seja por vulnerabilidades sociais ou precárias condições de saúde.

45. Considerando-se as Políticas de Previdência Social, pode-se definir a Previdência Social como:

- A) seguro social para a pessoa que contribui; uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados.
- B) instituto assistencial não contributivo que objetiva a manutenção da estrutura da seguridade social.
- C) assistência social e preventiva cuja proposta é a instauração de benefícios aos necessitados.
- D) seguridade social cujo caráter compensatório mantém as políticas sociais e as estatais.
- E) entidade pública que objetiva, através das concessões de benefícios aos segurados, confirmar os mínimos sociais.

46. Um dos pressupostos da Política Nacional sobre drogas é buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas, e reconhecer as diferenças entre:

- A) usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.
- B) o dependente químico, o intermediário e o traficante, conduzindo-os à área de segurança pública.
- C) o doente e o traficante, encaminhando-os ao tratamento adequado.
- D) todos os envolvidos, e manter uma política de repressão aos agentes ativos no processo.
- E) agentes públicos e privados que atendam os usuários.

47. A situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, três vertentes de proteção social, que são:

- A) o território, as entidades filantrópicas e as instituições socioassistenciais.
- B) o ajuste social, a questão intersetorial e interinstitucional e as verbas públicas.
- C) as pessoas, as suas circunstâncias e, dentre elas, seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.
- D) as instituições de atendimento, as famílias e a gestão de programas.
- E) as entidades públicas e privadas e o controle intersetorial.

48. A Política Nacional de Assistência Social expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar:

- A) dos Conselhos de Direito das diversas áreas.
- B) do organismo de Controle Social da Assistência Social.
- C) da estruturação da Proteção Social Básica e Especial.
- D) do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.
- E) da organização dos setores sociais público e privado.

49. A presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS – busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como:

- A) garantia institucional e comprometimento filantrópico.
- B) dever da família, da sociedade e dos municípios.
- C) responsabilidade social das empresas públicas e privadas.
- D) dever social e compromisso das empresas.
- E) direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

51. O Assistente Social realiza um trabalho essencialmente socioeducativo, estando qualificado para atuar nas várias áreas ligadas à condução das políticas sociais públicas e privadas, tais como:

- A) assessoria, pesquisa, ensino, consultoria, promoção, ajustamento e organização.
- B) planejamento, organização, execução, avaliação, gestão, pesquisa e assessoria.
- C) sistematização, controle, ação, promoção, ajustamento, sensibilização e avaliação.
- D) definição de prioridades, controle, execução, pesquisa, ensino, consultoria e planejamento.
- E) ajustamento, ação, controle, organização, gestão, sensibilização e assessoria.

50. Instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência define, como propósitos gerais:

- A) estimular a criação de Conselhos; fiscalizar as entidades socioassistenciais; e promover ações cuja finalidade seja um maior ajustamento individual e social da pessoa com deficiência.
- B) proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.
- C) ajustar a própria pessoa com deficiência às condições sociais; adequar as demandas; privilegiar as situações mais graves de modo a diminuir as condições adversas.
- D) promover campanhas preventivas; harmonizar as situações conflituosas; e atuar junto aos órgãos e setores que atendam a todas as demandas das pessoas com deficiência.
- E) estabelecer uma agenda de prioridades para os atendimentos prestados; executar ações que visem um melhor ajuste da pessoa com deficiência à sociedade; participar de campanhas preventivas.

52. Entre os instrumentos de trabalho utilizados pelo Assistente Social, para responder às demandas dos usuários dos serviços prestados, garantindo o acesso aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, e na legislação complementar, podemos citar, entre outros:

- A) análise psicossocial, terapia familiar, relatórios, reuniões grupais, abordagens, entrevistas, levantamento de recursos, visita domiciliar.
- B) atendimentos, abordagens terapêuticas, sistematização dos recursos, diagnóstico social, reuniões de grupo, captação de recursos, relatórios, pareceres.
- C) todos os tipos de pareceres, relatórios psicossociais, atendimento terapêutico, entrevistas, análise de discurso, visitas domiciliares, abordagens, encaminhamentos.
- D) relatórios, pareceres, terapia individual e grupal, encaminhamentos, visitas domiciliares, atendimento terapêutico, reuniões, análise psicossocial.
- E) entrevistas, análises sociais, relatórios, levantamento de recursos, encaminhamentos, visitas domiciliares, dinâmicas de grupo, pareceres sociais, contatos institucionais.

53. O Código de Ética Profissional foi instituído pela Resolução 273/93 do CFESS, a partir de um amplo debate no Serviço Social. Este Código expressa o amadurecimento teórico-político conquistado pela categoria e reafirma o compromisso com:

- A) a justiça, a promoção social e a democracia.
- B) a harmonização, o ajustamento e a cidadania.
- C) o desenvolvimento, a democracia e a promoção social.
- D) a democracia, a liberdade e a justiça social.
- E) o controle social, o ajustamento e a prevenção.

54. Segundo o Art. 16º do Código de Ética, o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo que o Assistente Social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Em seu Parágrafo Único, este artigo preconiza que, em trabalho multidisciplinar:

- A) em contato interinstitucional e intersetorial as informações serão dadas.
- B) sempre serão fornecidas as informações pertinentes.
- C) só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- D) em reuniões de grupos e em contatos individuais serão fornecidas as informações.
- E) não há restrições nesse sentido.

55. As infrações ao Código de Ética Profissional, de acordo com o Artigo 23, acarretarão penalidades na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais; e as penalidades aplicáveis, segundo o Artigo 24, são as seguintes:

- A) multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; cassação do registro profissional.
- B) restrição da ação profissional; afastamento do local de trabalho; multa; advertência pública; cassação irrevogável.
- C) multa; afastamento do local de trabalho; restrição da ação profissional; advertência pública; suspensão do exercício profissional.
- D) restrição da ação profissional; afastamento do local de trabalho; advertência pública; cassação irrevogável; advertência irrevogável.
- E) multa; advertência reservada; afastamento do local de trabalho; suspensão do exercício profissional; cassação do registro profissional.

56. A visita domiciliar é um instrumento que tem como principal objetivo:

- A) conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia a dia: em seu domicílio.
- B) manter um controle sobre a clientela e ensinar-lhe regras de conduta a serem seguidas em sua realidade cotidiana e privada.
- C) consolidar, junto à população usuária, padrões sociais hegemônicos vigentes.
- D) determinar quais as condutas a serem adotadas pelos usuários em sua realidade cotidiana.
- E) estabelecer condutas e formas de administração da vida cotidiana aos usuários dos serviços socioassistenciais.

57. Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 101, § 3º, por meio de:

- A) uma declaração de atendimento, confirmada pelo responsável pela instituição.
- B) um termo de conduta, efetuado pelos gestores.
- C) uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária.
- D) um ofício público, designado por agentes sociais.
- E) um memorando institucional, assinado pela direção.

58. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, de acordo com o Estatuto do Idoso, Artigo 29, critérios de cálculo que preservem:

- A) as conquistas sociais, as normas e valores confirmados por critérios específicos.
- B) o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.
- C) o recebimento de valores sobre os quais se firmem normas, de acordo com legislação específica.
- D) o quantitativo necessário aos provimento de benefícios básicos.
- E) os critérios de elegibilidade estabelecidos em resoluções próprias.

59. A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais, segundo Yamamoto, 2004, “desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado. As consequências de transitar a atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral são”:

- A) a ruptura com valores tradicionais e vigência de novas consolidações mais democráticas, ampliação de oportunidades e concessões públicas e privadas, formação de novas bases para o fazer profissional e para ações assistenciais mais efetivas.
- B) a confirmação da democracia, a ampliação das possibilidades de consolidação de uma nova ordem societária, uma reordenação mais participativa e mais igualitária.
- C) a consolidação de estrutura societária mais democrática, a continuidade de avanços socioassistenciais, ampliação das possibilidades de novas reordenações sociais que garantam ações assistenciais e de garantia de direitos sociais.
- D) a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial, a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais.
- E) a conformação de novas estruturas mais igualitárias, ampliação da possibilidade de outras regulações judiciais, consolidação de ações mais justas, universais e democráticas.

60. Segundo Yamamoto, 2004, a profissão de Serviço Social “é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos”. Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre:

- A) setores públicos e privados, surgidos a partir da interlocução entre agentes sociais, de forma a consolidar padrões de ação para os profissionais de acordo com a estruturação hegemônica socioassistencial.
- B) capital e trabalho, que consolidam estruturas fixas e consensuais e permitem que o fazer profissional se estabeleça de acordo com as demandas hegemônicas.
- C) instituições e setores públicos, de acordo com as demandas dos usuários, que abrem possibilidades para a ampliação das ações profissionais e para as lutas democráticas pelo acesso aos direitos sociais.
- D) entidades de atendimentos e conselhos de direitos, que atendam às demandas da população usuária dos serviços e que permitam que os profissionais construam um espaço de trabalho mais ajustado, autônomo e democrático.
- E) Estado e sociedade, fruto de determinantes macrosociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.